

A ordem do religioso no discurso gramatical

Gesualda de Lourdes Rasia

Universidade Federal do Paraná – Curitiba, PR, Brasil

Resumo

O presente estudo discute, a partir de uma perspectiva discursiva, a presença da ordem do religioso na constituição do discurso gramatical. O objetivo central é mostrar os movimentos em que se inscreve essa constituição, tendo como um dos pressupostos teóricos, a heterogeneidade inerente ao sujeito histórico gramatical. Para tanto, reporta-se a um dos lugares de fundação dessa ordem discursiva, o qual dá lugar a um espaço de inscrição que não é da ordem da língua, mas das relações do sujeito com o religioso, fornecendo visibilidade ao princípio da exterioridade como fundante dos fatos de língua. O ponto de partida em Port-Royal encontra convergência na gramática histórica de Said Ali, na qual são rastreados os espaços de ruptura em relação aos princípios naturalistas que norteavam a pesquisa linguística da época. Em ambas as gramáticas é o atravessamento do discurso religioso o ponto de encontro da equivocidade, lugar pela qual se dá o acesso aos domínios de constituição de saberes que estão implicados nos respectivos objetos de análise. Neles, procede-se à de-sintagmatização do material linguístico, com o intento de reconstituir-se o processo discursivo que faz emergir a presença da ordem do religioso no discurso gramatical.

Palavras-chave: gramática, discurso, ordem da religiosidade.

Abstract

Based on discursive perspective, this study discusses the presence of religious order on the grammatical discourse's constitution. It aims to show the movements on that inscribe this constitution, through one of theoretical presupposition of heterogeneity inherent to the grammatical historical subject. So, it reports to one foundation's place of this discursive

order: the Port-Royal Grammar, with focus on the philosophical duality that is constitutive — the confrontation between Jesuits and Jansenists. This confrontation is notable how constitutive of determination's movement opening a space of inscription that isn't language order but it's subject's relations order with the religious, giving visibility to the exteriority's principle how founded of the language facts. The starting point in Port-Royal finds convergence on historical Said Ali Grammar, that are tracked the rupture spaces in relation to the natural principles that were direction the linguistics research that time. In both grammars the meeting point is the crossed of religious discourse, what give access to the command of knowledge's constitution that are implicated on the respective analysis object. These objects are proceed by the linguistics level's escapement that entry in discursive level of linguistics material with the purpose to reconstruct the discursive process that makes emerge the presence of religious order on the grammatical discourse.

Keywords: grammar, discourse, religiosity's order.

O FIO INICIAL

“[...] inquietação diante do que é o discurso em sua realidade material de coisa pronunciada ou escrita; inquietação diante dessa existência transitória destinada a se apagar sem dúvida, mas segundo uma duração que não nos pertence [...]” (Michel Foucault, 1970).

Este estudo deriva das reflexões teórico-metodológicas formuladas na tese de doutorado intitulada *Os discursos sobre língua e ensino no Brasil da 1ª e da 2ª República: o duplo lugar da determinação e da contradição*. Dessa pesquisa recortei¹ a questão da determinação em duas gramáticas: a de Port-Royal² e a Gramática Histórica de Said Ali³. A discussão teórica vale-se do aparato da Análise do Discurso com filiação em Michel Pêcheux, a partir do qual procuro compreender como construções determinativas materializam processos discursivos e como se dá a de-sintagmatização de saberes que aí intervêm pela ordem discursiva.

1 A referida tese, que contou com a orientação da Profª Dr. Ana Zandwais, foi defendida na UFRGS em 2004.

2 A Gramática de Port-Royal tem sua publicação primeira em 1660. Neste estudo, está sendo utilizada a edição em língua portuguesa, de 1992.

3 A Gramática de Said Ali teve sua primeira edição em 1921. Neste estudo, está sendo utilizada a edição de 1964.

Uma região desses saberes, a qual tem privilégio de enfoque neste estudo, situa-se na ordem do religioso, presente em domínios de fundação de gramáticas e que, sob meu ponto de vista, merece atenção. Embora os saberes de ordem estética, por vezes, sobreponham-se aos de ordem religiosa, não raro, são (re)produzidos a partir de entrelaçamentos e convergências, movimentos esses que serão aqui discutidos.

Quando falo em *ordem*, reporto a Foucault, que desenvolveu, em **A ordem do discurso (1970)**, o postulado de que os dizeres, social e historicamente inseridos, regem-se pelo princípio da *exclusão*, o qual se multifaceta na *interdição*, na *separação* e na *rejeição*. A partir desse autor é possível pensar que é pela via dos jogos de força, de poder, que se estabelecem permanências e desaparecimentos. E pela palavra, rastro dos discursos, recompõem-se lugares e relações estabelecidos nesses jogos. A separação, sublinha Foucault (Id., p. 13), “longe de estar apagada, se exerce de outro modo, segundo linhas distintas, por meio de novas instituições e com efeitos que não são, de modo algum, os mesmos”.

A discussão que ora proponho, da presença da ordem do religioso na constituição do discurso gramatical, está posta neste estudo como um certo modo de separação, a qual se manifesta via repetibilidade, reparição, silenciamento e transmutação. Os discursos sobre o conhecimento de língua, se considerados em sua repetibilidade na linha do tempo, parecem ter apagado essa ordem; a questão que se coloca, então, é analisar o estatuto de sua permanência, que se institui na medida em que se traveste de formas outras.

O olhar sobre esses movimentos como materialidade discursiva encontra respaldo no aparato teórico desenvolvido por Pêcheux, a partir do fim dos anos 60 e de outros estudiosos que se debruçaram sobre suas reflexões, mostrando como o discurso gramatical está constituído, ou seja, que diferentes estratificações ele comporta. Essa escolha teórica justifica-se pelo princípio de que a historicidade é constitutiva dos sujeitos e dos sentidos, postulado esse próprio da Análise do Discurso pecheutiana.

Meu objetivo é mostrar como, pela ordem do discurso, que considera a relação da língua com a historicidade, determinados saberes constituem os modos de formulação e reformulação dos enunciados, ou seja, como se dão os processos de constituição do discurso gramatical, a partir de apagamentos e retornos. Nessa trama, é possível discutir como o sujeito histórico da Gramática Tradicional determina os saberes que se materializarão ou não (e de que modo) na Formação Discursiva (FD) que recorta o conhecimento gramatical sobre a língua.

ENTRE A NORMA E A TRADIÇÃO: A LÍNGUA

No âmbito da discussão ora proposta, duas noções precisam ser confrontadas, no sentido de se apreender seus pontos de encontro e de distanciamento, quais sejam, *tradição* e *normatização*. Quando se fala em Gramática Tradicional e Gramática Normativa, não raro, se pensa estar significando a mesma coisa. É preciso, no entanto, distingui-las.

Gramática Tradicional tem a ver com a constituição histórica dos saberes sobre a língua, a qual está sedimentada no contexto das reflexões filosóficas da Grécia Antiga, na sua repetição/ressignificação quando da passagem por outros lugares, e também os modos como, a partir desse contexto, derivou-se o que conhecemos hoje como Gramática. Esse lugar de fundação instaurou-se sob o signo da contradição, na medida em que o estabelecimento do que então se entendia (e se entende) por língua resultou do confronto entre analogias (regularidades) e anomalias (diferenças, particularidades), distinção essa desenvolvida pelos estoicos⁴. Vale dizer que a discussão entre analogistas e anomalistas pôs em evidência a noção de que o quadro de regularidades só foi possível de ser estabelecido a partir da constatação de que há fatos não enquadráveis neles — as anomalias. Essa discussão, emergente em um contexto de ordem filosófica, compõe parte das condições históricas de produção da Gramática Tradicional, ao instituí-la como lugar possível de abrigar o residual, aquilo que escapa a qualquer esquema de regramento. Outra faceta significativa desse processo constitutivo é a feição estilística da gramática, no sentido de que um dos propósitos iniciais das reflexões sobre a língua colocava-a a serviço da explicitação de como deveriam ser lidas as estruturas dos clássicos da literatura grega, conforme relata Lyons (1979). E disso a herança que considera a gramática como manual de regras do bem falar e do bem escrever, cujos modelos são os escritores considerados exemplares.

Já a noção de Gramática Normativa tem a ver com um determinado modo como os saberes gramaticais vieram a linearizar-se a partir da tradição que a fundou. Tal linearização filia-se aos princípios de regulamentação e de regramento, cuja contraface é a exclusão, o conjunto daquilo que fica fora — variantes, exceções, usos etc. Pode-se pensar, desse modo, na normatização como um construto teórico com postulados que se materializam sob a forma de manuais, nos quais os enunciados dão conta de

4 O **estoicismo**, escola filosófica fundada na antiga Grécia (século III-II a.C) por Zenão, de Cício, distinguiu *lexis* de *logos*. O primeiro, limitado à substância física, sonora ou gráfica, diz respeito à palavra em seu aspecto material, enquanto que o segundo, o *logos*, consiste na faceta significativa da palavra (WEEDWOOD, 2003, p. 27-8).

estabelecer o que fica ao abrigo da gramática e o que fica fora dela.

Nessa perspectiva, a tradição torna-se balizadora da norma; esta última, no entanto, seguidamente ofusca a primeira, apresentando-se como lugar de fundamentação das formulações gramaticais, e assim produzindo-se como efeito de evidência. Esse processo de apagamento dá visibilidade a orientações do tipo “deve ser assim”, fundamentadas em princípios de correção, derivados de critérios fundados em razões estéticas, já referidos. Em contrapartida, outros saberes que se fizeram partícipes na sedimentação do conhecimento sobre língua ficam silenciados. Um desses aspectos é discutido neste estudo, qual seja, a ordem do discurso religioso e seu estatuto na constituição dos saberes sobre língua no espaço gramatical.

PRESENÇA/ATRAVESSAMENTO DA ORDEM DO RELIGIOSO NAS FORMULAÇÕES GRAMATICAIS

Ao longo da história, o homem vem tentando organizar o entendimento daquilo que ele pensa ser a língua. Capacidade exclusivamente sua e, paradoxalmente, jamais plenamente apreensível por ele é a língua instituição viva que foge às individualidades, sujeitando-se antes às diferentes relações que desde sempre os homens estabeleceram entre si.

A Grécia Antiga notabilizou-se por fomentar esse tipo de discussão, notadamente como, por meio da palavra, realiza-se a experiência humana, ou como ela representa-se pela palavra. Disso decorre, dentre outros, o questionamento do que é o Ser, se condensado na própria palavra, uno e imutável, ou se constante devir, múltiplo e infinito, infinitude essa que inaugura o limite do impossível, do não-ser.

Vale dizer que as discussões em torno da relação linguagem-realidade, mais especificamente no século V a.C, inseriram-se em um período (mais amplo) de surgimento do cristianismo e domínio político romano. Em decorrência desse contexto, a ocupação da Filosofia com as questões de ética, do conhecimento humano e das relações entre o homem e a natureza e de ambos com Deus (Chauí, 2004).

Essa inserção, entendida como parte das condições de produção do discurso que derivou as formulações gramaticais no Ocidente, desenhou modos específicos de constituição do discurso gramatical, com forte atravessamento da ordem religiosa. Ordem religiosa pode ser entendida na perspectiva da ligação com a esfera do sagrado, assim explicitada a partir do postulado de Chauí:

O sagrado é a experiência da presença de uma potência ou de uma força sobrenatural que habita algum ser — planta, animal, humano, coisas, ventos, águas, fogo [...]. O sagrado é a experiência simbólica da diferença entre os seres, da superioridade de alguns sobre outros, do poderio de alguns sobre outros — superioridade e poder sentidos como espantosos, misteriosos, desejados e temidos (CHAUI, 2004, p. 252-3).

O que inscreve os saberes em uma determinada ordem é o fato de os modos de descrição dos objetos de saber não serem isentos das práticas culturais e políticas das diferentes sociedades. A esfera do sagrado, por exemplo, pode ser lida de múltiplos modos, o que a constitui como uma ordem. A Gramática Ocidental funda-se sobre saberes da cultura judaico-cristã, cujo hífen, nessa designação, dá conta, para além de uma simples justaposição, de pontos de encontro entre os dois segmentos, mas também de distanciamentos, e principalmente da heterogeneidade implicada em cada uma das designações tomadas em sua individualidade. Os romanos dos primeiros séculos da era cristã eram, em sua maioria, sujeitos imersos em uma cultura politeísta, e a partir do convívio com a cultura judaica foram pontos em confronto com a crença num Deus único, própria dos últimos. A instituição do cristianismo, no séc. I, por Constantino, como religião oficial do Império Romano, aproximou as duas culturas, na medida em que instituiu o monoteísmo. Para além disso, a experiência com a divindade, no cristianismo, passava necessariamente pelo filtro das autoridades eclesiásticas designadas para proceder ao trabalho de interpretação das formulações do sagrado. Na cultura judaica, a experiência com a divindade dava-se também pelo filtro de posições autorizadas, no caso, sacerdotes e profetas. Em que pese esse gesto de fundação comum, o encontro dessas duas posições ressignifica-se nas diferentes historicidades em que deriva apropriações. Por exemplo, mantém-se o lugar de autoridade de interpretação via estabelecimento da língua latina como a única legitimada para levar a palavra divina aos territórios conquistados por Roma. Numa posição de confronto encontra-se o movimento da Reforma Luterana, no início do século XVI, que se marcou como acontecimento histórico, inaugurando práticas que romperam com o catolicismo. Entre elas, a da livre interpretação da Bíblia e sua tradução para os idiomas vernáculos, inicialmente, o alemão. Acima de tudo, esse movimento inaugurou um gesto de ruptura em relação à questão da interpretação dos textos sagrados. Aos sujeitos passou a tornar-se possível a leitura direta da Bíblia em sua língua materna, o que lhes outorgou a partir de então o estatuto de sujeito de interpretação. Esse acontecimento histórico deriva consequências signifi-

cativas para questões ligadas ao sentido: o texto expande-se das fronteiras da ordem do sagrado e, com isso, perde o estatuto de univocidade de que gozava até então.

Jesuítas e jansenistas (séc. XVII) figuram a síntese dessa divisão de caráter teológico-filosófico, cujas consequências refletem-se nas questões de língua, numa perspectiva dialética, latente, por exemplo, na gramática de Port-Royal (1992). Conforme Haroche (1992), as polêmicas entre as duas facções desembocaram no campo gramatical em razão da importância atribuída à língua. Em síntese, jesuítas submetem-se à idéia de onipotência divina, disso decorrendo que *a língua é o viés pelo qual se exprime uma relativa indeterminação e imperfeição da idéia*. Já os jansenistas *opõem-se ao centralismo hierarquizado do poder real e religioso, privilegiando o indivíduo, a interpretação, a reflexão*. Disso resulta que os primeiros buscam fortalecer mecanismos de desambiguação na língua, enquanto os últimos entendem a ambiguidade como necessária e peculiar à própria língua. Ora, a discussão de ordem teológica tem o atravessamento filosófico, o qual produz efeitos de interpretação na ordem da língua. Posto que o estoicismo e o aristotelismo se contrapõem no que concerne ao estatuto das regularidades e das irregularidades análogas a regramento e expurgo, encontram as duas correntes sua convergência precisamente nessa aparente dicotomia, e aí instituem o lugar do devir da linguagem.

Em se remontando a um período histórico anterior a Port-Royal, percorrido esse muito bem delineado por Haroche (1992), constata-se que, no final do século XIII, instituiu-se a *disputatio* (leitura feita pelo mestre, comentada), em oposição à *lectio*, a qual se limitava à mera repetição. Destaca a autora que “A pergunta, entretanto, se limita, inicialmente, só ao reconhecimento de uma falha do sujeito ‘leitor’ ou do sujeito ‘autor’: porque este não pode apreender a intenção, ou a significação, ou então é incapaz de se exprimir com suficiente clareza” (Haroche, 1992, p. 74). À *disputatio* cumpre, então, resolver as contradições, o que se faz pela *determinatio*, ou seja, a conclusão através de um ponto de vista único. O texto, até então sinônimo de “evangelho”, perde o caráter exclusivamente sagrado e estende-se a textos diversos. Já o termo *determinação*, enquanto “explicação do sentido”, surge apenas no século XVIII.

A Reforma Luterana, no século XVI, coloca o sujeito em contato direto com a Escritura, o que abre um espaço de interpretação, mesmo que limitada. No entanto, é aí mesmo que se instaura um movimento paradoxal: pela oposição entre o homem e a língua, o espírito e a letra, a Reforma trai a ambiguidade fundamental que a marca. Opondo o homem à letra, ela preserva, com efeito, a inefabilidade do homem, sua não determinação. Ela

reproduz, assim, o corte, a inacessibilidade anterior entre o sujeito religioso e a Escritura. Ela a desloca, instituindo-a, desta vez, entre o homem e a língua. Na realidade, ela contribui, indiretamente, para definir uma nova forma de assujeitamento (Haroche, 1992, p. 83).

O problema da ambiguidade passa a se colocar, no século XVI, como um problema de língua. Assim, as polêmicas entre jesuítas e jansenistas procurarão esclarecer o problema da ambiguidade na língua. A ênfase dos jansenistas é o indivíduo em sua autonomia, determinado pelo contato direto com a divindade e a Escritura, enquanto que para os jesuítas essa relação passa necessariamente pelo poder monárquico. Assim, enquanto os jesuítas “parecem bem mais ocupados em detectar as ambigüidades da língua” (op.cit., p. 90), os jansenistas “se interessam por um sujeito que às vezes se autoriza a refletir e a interpretar” (op.cit., p. 92).

Para Haroche (1992), há uma contradição inerente ao jansenismo, fundada sobre os fatores que motivam a indeterminação do discurso, o que aponta simultaneamente para uma submissão ao hermetismo que até então se impunha ao sentido; e para o espaço de interpretação que pressupõe terem sido as línguas inventadas segundo um plano determinado, em vista de um determinado fim.

A língua habita esse espaço, e por isso a Gramática de Port-Royal, embora de base jansenista, não deixa de se mover por entre as postulações jesuíticas, testificando, a partir do próprio fechamento do sentido, o não absolutismo da significação, porque esta se encontra determinada muito mais por fatores externos à língua do que pela própria língua. É por esse motivo que, ainda consoante Haroche (1992, p. 147), “o mecanismo de determinação [...] conduz na realidade a colocar os quadros do discurso e os limites da gramática”.

A Gramática Histórica de Said Ali inscreve-se nesse espaço de formulações na medida em que, ao discutir a questão da determinação linguística, materializa, nos saberes sobre língua, o atravessamento da ordem do religioso, chamando o sujeito de interpretação à discussão. Sua filiação à tradição histórica abre espaço para a possibilidade da intervenção da historicidade, posto nela não se sustentarem alguns exemplos, como veremos, apenas pelo viés linguístico. Ao contrário, essa gramática encontra-se aberta a possibilidade para pensá-los também a partir de referenciais ligados à ordem do discurso.

A partir de agora, reconstituo o processo discursivo pelo qual essa ordem teceu sentidos nos lugares que descrevem/regram a língua — as gramáticas — e como essa ordem, na condição de habitante do interdiscurso, linearizou-se, produziu simultaneamente determinações e indeterminações, e daí

a contradição. Essa reconstituição recorta, nas gramáticas em análise, enunciados constantes nos exemplos, variável relevante na gramaticalização das línguas, segundo Auroux, e a respeito dos quais o autor afirma:

Os exemplos se beneficiam de uma espantosa estabilidade no tempo, nós os reencontramos, por um procedimento de tradução, de língua a língua [...]. De um lado, ele é evidentemente o núcleo da língua normatizada. Do outro, sendo construtos teóricos [...], os exemplos testemunham sempre uma certa realidade lingüística. Eles podem não somente disfarçar a ausência de certas regras (ou a impossibilidade na qual se encontra o gramático de formulá-las) como, quando necessário, podem ser invocados contra as regras e a descrição morfológica, ou ainda servir posteriormente para justificar outras descrições e outras regras (1992, p. 67).

Ao apresentar o exemplo como lugar de estabilização, o autor já mostra sua contraface, isto é, a possibilidade de abrigar o que fica às margens das formulações gramaticais e, acrescentando-se, esse lugar “marginal” abarca não somente os princípios de normatização, mas também os rastros de discursividades que tecem o saber gramatical.

A GRAMÁTICA DE PORT-ROYAL

A *Gramática Geral e Racional*, cujo berço foi a França de 1660, tinha como objetivo maior a formulação de princípios gerais para as línguas, o que reporta ao princípio de racionalidade como subjacente às línguas. Contudo, a contradição já se faz entrever nela mesma, na presença de ambiguidades que lhe abstraem esse caráter determinista.

Ao tratar da questão das relativas, os gramáticos de Port-Royal trazem o exemplo “A poeira que o vento atira” (Arnauld; Lancelot, 1985, p. 67), cujos equivalentes na língua hebraica podem ser: “A avak she a ruach zarká” e “A chol she a ruach zarká”⁵, respectivamente, a *poeira* e a *areia que o vento atira*.

Afirma o texto de Port-Royal (op.cit.) que, esse caso, muito comum na língua hebraica, “quando o relativo não é o sujeito da proposição, mas apenas parte do atributo [...]”, indica a “união da proposição com uma outra [...]”. Configura-se aí a concepção da ligação direta e experiencial do humano com o divino, que se deixa entrever, de forma perpendicular, nesse exemplo. Perpendicularidade que atravessa o enunciado, “soprando-lhe” o conteúdo que decorre do modo como a tradição hebraica constituiu sua

5 Versões da Prof^a Dr. Ana Zandwais (UFRGS, 2002).

percepção de mundo, calcada nas relações do sujeito com o religioso.

A *avak* a que se faz referência no enunciado não é qualquer poeira ou areia, mas elemento situado num recorte de leitura específico da experiência hebraica. O pó, na tradição bíblica, remete à origem terrena do ser humano: “Então, formou o Senhor Deus ao homem do pó da terra e lhe soprou nas narinas o fôlego da vida, e o homem passou a ser alma vivente”⁶. Do pó gerado, na mesma proporção deste multiplicar-se-ia o homem, conforme promessa feita a Abraão, patriarca da nação israelita: “Farei a tua descendência como o pó da terra; de maneira que, se alguém puder contar o pó da terra, então se contará também a tua descendência” (Gênesis 13:16). Além disso, pode também remeter à pequenez da condição humana ante a divindade: “Disse mais Abraão: Eis que me atrevo a falar ao Senhor, eu que sou pó e cinza” (Gênesis 18:27). Outro sentido, análogo a todos os anteriores, é o de contrição, estado de espírito diante do qual, na cultura judaica, as pessoas cobriam sua cabeça com pó (ou cinzas), como é o caso do personagem Jó ante a profunda tristeza que sentia: “Levantando eles de longe os olhos e não o reconhecendo, ergueram a voz e choraram; e cada um rasgando seu manto, lançava pó ao ar sobre sua cabeça” (Jó 2:12).

O que se constata, com o exemplo apresentado, é que, na realidade, o relativo permite ao sujeito entrar na proposição, de forma dita incidental, porém, entendido esse incidental não como mera ocasionalidade, mas em sua dimensão perpendicular, ou seja, um atravessamento que vem de outro lugar. Assim, a determinação dá lugar a um espaço de inscrição que não é da ordem da língua, mas das relações do sujeito com o religioso, fornecendo visibilidade ao princípio da exterioridade como constitutiva dos fatos de língua.

A GRAMÁTICA HISTÓRICA DE SAID-ALI

A Gramática de Said Ali (1964, p. 7) inscreve-se em uma perspectiva historicista-comparativista, a partir da qual seria levada a conceber a língua de um ponto de vista naturalista, com princípio de base biológica: nascimento, crescimento e morte das línguas, à maneira dos organismos biológicos⁷. Orlandi (1999) considera que o discurso naturalista, o qual tem a noção de determinação em sua centralidade, “contribui para a produção de uma apa-

6 Conforme nota de rodapé da edição de Ferreira de Almeida (1999), “O texto hebraico faz um jogo de palavras com os termos *adam*, que significa *homem* ou *ser humano*, e *adamá*, que significa solo ou terra cultivável. Destaca-se, assim, a leitura da estreita vinculação que existiria entre a humanidade e a terra”.

7 A 1ª edição data de 1921.

rente estabilidade sem equívocos e unívoca sobre a realidade brasileira, seja ela natural, social ou política” (Ibid., p. 43). A autora destaca, ainda, que “é a marca que fica e que tem administrado a pesquisa de campo da língua no Brasil, desde então: *a sistematicidade é um acervo sem história*” (op.cit.)⁸.

Neste estudo, procuro mostrar como, na referida gramática, via linearização do conhecimento de língua, instauram-se espaços de ruptura (ainda que mínima) para com essa inscrição, na medida em que nela se estabelecem espaços de indissociabilidade entre a ciência naturalista e a historicista num sentido mais amplo.

“Não dissocio do homem pensante e da sua psicologia as alterações por que passou a linguagem em tantos séculos” (Said Ali, 1964, p. 7). Nessa proposição Said Ali está a tratar das implicações de ordem subjetiva, não-sistêmicas, que incidem sobre a língua, as quais, por não serem consideradas residuais, como o seriam numa perspectiva classicista, são, por isso mesmo, fundadoras de múltiplos sentidos, em toda sua latência. Nessa linha de coerência, afirma o autor que “o estudo de vocábulos que desprezar as alterações semânticas deixará de ser histórico” (op.cit.).

Mantendo o recorte feito neste estudo, o qual foca o atravessamento da ordem do religioso na abordagem gramatical sobre a determinação, proponho que se observe um dos exemplos apresentados por Rocha Lima para tratar da questão dos determinantes:

Em abordagem sobre o pronome possessivo (SAID ALI, 1964, p. 96), afirma o autor que este “ocorre em português, anteposto a um nome, ora sob a forma simples e originária (meu, teu, seu, etc.), ora reforçado com o artigo (o meu, o teu, etc.).

O possessivo, aliado ao que originariamente era um demonstrativo, devia melhor determinar o nome, chamar a atenção antes para o possuidor do que para a coisa possuída (...): Apascenta os meus cordeiros. (...) Eu costumo cumprir com as minhas promessas (SAID ALI, 1964, p. 97).

O emprego do possessivo reforçado também é comum como recurso de linguagem para referir o sentido de um nome a um caso particular, como em: “Não há Rachel que não tenha o seu Labão e a sua Lia” (op.cit., p. 99).

O autor destaca que por princípio de economia, dentre outros fatores, deixou-se de empregar o artigo nesses casos, assim como fixaram-se na língua expressões sem o determinante, do tipo Nossa Senhora e Nosso Senhor (op.cit., p. 98). Comparadas essas proposições com o que diz o autor

8 Os grifos são meus.

a respeito do artigo, percebe-se aí uma similitude:

Por proceder o artigo do demonstrativo latino, sua anteposição ao nome tem por fim avivar a atenção da pessoa a quem nos dirigimos. Lembrar-lhe que o de que falamos lhe é conhecido, servindo o artigo para apontar mentalmente o dito objeto, como em o Sol, a Lua, o mundo, o ar, a terra, o mar. Aponta igualmente para cousas e indivíduos de que se tem conhecimento pela educação religiosa, literária ou outra, como o céu, o inferno, o paraíso, o demônio; mas não se ajunta à ‘palavra Deus, salvo se vem acompanhada de expressão que lhe restringe o sentido (SAID ALI, 1964, p. 123-4).

*Gesualda
de Lourdes
Rasia*

62

Ora, do que está a se tratar, em ambos os casos, se não da determinação, quer através do possessivo reforçado, quer seja pela anteposição do artigo? Incide aí, na presença do artigo, um universo de conhecimento pré-concebido pelo indivíduo, apenas referido por seu interlocutor, para ser tacitamente evocado. Importa destacar que esse universo não se restringe ao individual, posto poder ser partilhado, como um conjunto de crenças, que dá conta das realidades céu/inferno, por exemplo. Por outro lado, também não é universal, porque diz respeito a um conjunto limitado de indivíduos, podendo outros tantos entenderem a mesma questão por outros olhares. Assim, encontra-se a referência na língua determinada por fatores exteriores a ela.

Retomo, para tanto, o exemplo dado por Said Ali: “Não há Rachel que não tenha o seu Labão e a sua Lia”. A exterioridade latente no enunciado remete às relações representadas pela figura do Labão bíblico, no papel do enganador, que deu a Jacó Lia, a filha mais velha, no lugar de Rachel, porque limitado por uma época na qual se exigia dele que casasse primeiro a filha primogênita. Na figura de Lia, o embate cotidiano pela superação, a pura rivalidade feminina, porque esta, ao contrário de Rachel, dera filhos a Jacó, numa época em que a esterilidade era tida como característica depreciativa da mulher. Assim, não se está simplesmente a falar de alguma Rachel, tampouco de quaisquer Labão ou Lia, mas dos embates por eles representados, historicamente situados e, por que não, atualizados. Paradoxalmente, por esse mesmo motivo as designações “Deus”, “Nosso Senhor” e “Nossa Senhora” prescindem do artigo, posto seu grau máximo de determinação, palpável apenas quando extensionadas as expressões.

Esses exemplos trabalhados por Said Ali indicam residir aí um ponto-limite em relação às abordagens estruturalistas, pela impossibilidade de se conferir ao sujeito a responsabilidade da atribuição de sentido, bem como de se confiar ao texto a possibilidade de recuperação de sentido anterior. Transcende-se o limite da co-referencialidade e remete-se novamente à

ordem do pensamento que, apesar de ausente da língua, sobre ela incide. Embora haja uma referência ao contexto linguístico, a referencialidade não se sustenta apenas na língua; para realizar-se, ela exige que seja convocada uma ordem que lhe é exterior, no caso, a ordem do religioso.

A CONSTITUIÇÃO DOS SABERES: DA LINEARIZAÇÃO À DE-SINTAGMATIZAÇÃO

No escopo teórico que dá sustentação a este estudo, qual seja, o da Análise do Discurso, a língua é definida por Pêcheux (1988), em *Semântica e Discurso*, como lugar de “discrepância entre dois domínios de pensamento”. Vale lembrar que, desde Foucault (1969), o texto é tido como dispersão pura⁹, resultado das famílias de enunciados que nele se agregam, empiricamente posto como ilusão de unidade. E, por isso mesmo, ausente o sujeito que atribui sentidos, mas presente aquele que ou se identifica ou se contraindifica com os sentidos ali postos.

A consideração do atravessamento de discursos em uma superfície linguística, na perspectiva da deslinearização ou de-sintagmatização, dá conta do acesso aos domínios de constituição de saberes que estão implicados nos objetos de análise, neste caso, as formulações gramaticais. Na esteira do pensamento pecheutiano (1969), pode-se afirmar que esse movimento diz respeito à inscrição do sujeito e de sentidos nos processos discursivos que interpelam os sujeitos a identificarem-se com saberes específicos, cujos objetos, desde Foucault (2000), sabe-se não serem estáveis. Para o referido autor, a abordagem da formação dos objetos de um discurso é diferente da análise linguística da significação. A primeira, ao contrário dessa última, considera *a prática discursiva como lugar onde se forma ou deforma, onde aparece e se apaga uma pluralidade emaranhada — ao mesmo tempo superposta e lacunar — de objetos*¹⁰ (Foucault, 2000, p. 55).

A *Arqueologia do saber* (1969), de Foucault, é uma obra escrita com vistas à reflexão em torno dos modos de produção do conhecimento, de sua não compartimentação. Para tanto, o autor procede à explicitação sobre a possibilidade da de-sedimentação dos saberes historicamente formulados. Nesse processo de desconstrução, algumas camadas que jaziam escondidas se deixam entrever, a partir de sua descontinuidade, de suas lacunaridades e dos jogos de sobreposição a que foram submetidas na passagem do tempo. A gramática, materialidade que pode receber esse olhar, migra do estatuto de

9 Conceito cunhado por Foucault (2000), em *A Arqueologia do Saber*.

10 Os grifos são meus.

documento para o de monumento. Porque é *textualidade que comporta a própria historicidade*, valendo-me de formulação de Orlandi (2006), ela não se limita a documentar as línguas, servindo-lhes como suporte metalinguístico:

O documento, pois, não é mais, para a história, essa matéria inerte através da qual ela tenta reconstituir o que os homens fizeram ou disseram, o que é passado e o que deixa apenas rastros: ela procura definir, no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries, relações [...] (FOUCAULT, 2000, p. 7).

Essa mudança de direção desfaz o silenciamento, a petrificação dos rastros que antes se faziam invisíveis, porque a condição de documento, explicita Orlandi (2006), apenas ilustra sentidos já constituídos em outro lugar. Considerar que a gramática é monumento implica considerar a interrogação de Pierre Nora, trazida por Courtine (1994): “Que outros lugares de memória para as palavras que não as próprias palavras?”. Essa pergunta conduz Courtine a postular que a linguagem é lugar de *enraizamento da memória*. A gramática funciona, pois, como *tecido da memória* que fornece a materialidade dos saberes estratificados.

O processo de desestratificação é entendido, na perspectiva pecheutiana, como *de-sintagmatização*, na medida em que, a partir da superfície linguística, em seus mecanismos sintáticos, pode-se chegar aos lugares do já-dito, das repetibilidades (e também das singularidades). Na reconstituição desse trajeto, chega-se às matrizes de sentido, as quais não necessariamente são os lugares primeiros, mas espaços instituídos enquanto tal e cuja recorrência (famílias parafrásticas) possibilita que seja mapeada a Formação Discursiva que está determinando os jogos do dizer.

Arriscar-se nessa ordem implica, necessariamente, considerar que a instituição de sentidos (sejam quais forem eles) decorre da assunção de um lugar de interpretação, ao mesmo tempo em que esses sentidos se dão à interpretação. Nas palavras de Orlandi (1999, p. 45), “o fato de que não há sentido sem interpretação atesta a presença da ideologia”.

SUJEITO, SENTIDO E INTERPRETAÇÃO NO DISCURSO GRAMATICAL

Reconstituir o processo discursivo que deu origem aos saberes gramaticais em jogo implica delinear domínios de pertencimento e de exclusões. Para analisar os modos como os saberes sobre a língua linearizaram-se na rede de discursos, reconstituo os processos determinativos, perfazendo um trajeto que vai da superfície linguística ao lugar de formação dos objetos: o

interdiscurso, visto que esse lugar apresenta-se como privilegiado para a apreensão do encontro da língua com o discurso.

Os fatos de língua interessam, nesse gesto de apreensão, porque

os fenômenos lingüísticos e os lugares de questões filosóficas pertencem à região de articulação da Lingüística com a teoria histórica dos processos ideológicos e científicos, que, por sua vez, é parte das ciências das formações sociais [...]. A língua se apresenta, assim, como base comum dos processos discursivos diferenciados, que estão compreendidos nela na medida em que os processos ideológicos simulam os processos científicos (PÊCHEUX, 1988, p. 91).

Pêcheux e Fuchs (1975, p. 178) denominaram esse processo de *esquecimento nº 1*, como ilusão necessária do sujeito enquanto origem e fonte do sentido, recalcada à filiação de toda sequência discursiva a uma determinada FD. Esse processo de apagamento fundamenta-se na psicanálise lacaniana, na medida em que *todo discurso é ocultação do inconsciente*. Importa dizer que desde Lacan se concebe o sujeito como esfacelado em sua pretensa unicidade, e é na esfera da linguagem que vai se manifestar sua clivagem.

O esquecimento necessário funda-se sobre esse atravessamento do inconsciente, o qual é constituído pela alteridade, lida pelo viés do “grande outro” althusseriano¹¹. A forma-sujeito é representação das Formações Ideológicas (FIs), as quais configuram-se como

elemento suscetível de intervir como uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em dado momento; desse modo, cada formação social constitui um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’, mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas com as outras (PÊCHEUX; FUCHS, 1975, p. 166).

11 Saliente-se, aqui, que tal expressão refere-se, em Althusser (1983), ao inconsciente coletivo que condensa as representações imaginárias das formas pelas quais os sujeitos identificam-se com suas práticas sociais. Difere, nesse sentido, do “Outro” lacaniano, ou “grande Outro”, que se define como espaço aberto de significantes encontrados pelo sujeito desde seu ingresso no mundo; trata-se, pois, da realidade discursiva de que Lacan falava no Sem. 20. O conjunto de termos que constituem esse espaço remete sempre a outros e eles participam da dimensão simbólica margeada pela dimensão do imaginário [...]. Num primeiro momento é o lugar do tesouro dos significantes, num segundo momento é a subjetivação em que a falta vai implicar o desejo. De fato, o grande Outro é a própria referência do simbólico (conforme o *Dicionário Enciclopédico de Psicanálise: O Legado de Freud e Lacan*. Editado por Pierre Kaufmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996).

O componente ideológico torna-se, nessa perspectiva, indispensável para o entendimento do modo como os sujeitos se relacionam com o mundo, porque possibilita compreender como se dão as relações entre sujeitos e como as palavras produzem sentidos, sob determinadas condições históricas.

Esses sentidos já são, de certa forma, orientados, no interior das FDs, na medida em que são elas que regulam/determinam as fronteiras do que pode e deve ser dito. A noção de FD tem origem em Foucault (2000), no âmbito da descrição que ele faz sobre as relações que os enunciados mantêm entre si, na tentativa de desenhar uma proposta de sistematização àquilo que se apresenta sob a forma de dispersão pura, conforme definição já clássica para a AD:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva (FOUCAULT, 2000, p. 43).

Pêcheux (1975) retoma o conceito de FD, já perfilado a partir de Foucault, concebendo essa noção no horizonte da ideologia, motivo pelo qual a Teoria do Discurso inter-relaciona as FDs às Formações Ideológicas, o que vai produzir resultados na configuração dos sentidos. O autor reexamina essa relação, em **Semântica e Discurso** (1988), abstraindo dela uma consequência relevante para o campo da Análise do Discurso, centrada no fato de que

as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições mantidas pelos que as empregam, o que significa que elas tomam seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem (PÊCHEUX, 1988, p. 160).

No texto de 1975, juntamente com Fuchs, Pêcheux questiona a suposta homogeneidade das FDs, ao afirmar que a lei constitutiva da Ideologia (a interpelação) “nunca se realiza ‘em geral’, mas sempre através de um conjunto complexo determinado de formações ideológicas que desempenham no interior deste conjunto *um papel necessariamente desigual* na reprodução e na transformação das relações de produção [...]”¹² (Pêcheux; Fuchs,

12 Os grifos são meus.

1975, p. 167).

É pertinente trazer a reflexão que Indursky (1997, p. 32) faz a respeito, quando afirma que

[...] o sentido de uma manifestação discursiva é decorrente de sua relação com determinada FD. [...] uma mesma sequência discursiva inserida em diferentes FDs produzirá sentidos diversos. Tal fato explica-se porque o sentido se constitui a partir das relações que as diferentes expressões mantêm em si, no interior de cada FD, a qual, por sua vez, está determinada pela FI de que provém [...].

As Formações Discursivas, ao atuarem como lugar de relativa estabilização do sujeito histórico, representam no discurso as Formações Ideológicas (Orlandi, 1999, p. 43), e constituem e instituem as condições para que se realize a tomada/apropriação dos dizeres. Os sujeitos que dizem o fazem tomados pela ilusão de que estão produzindo sentidos, primeiramente, com origem em si mesmos; em segundo, como se só pudesse ser daquele modo e com um sentido pré-fixado. O fato de que se diz a partir de uma determinada FD, e também o fato de que cada FD se constitui em relação a outras não é evidenciado. Esse movimento, que remete à equivocidade constitutiva da língua, joga com a possibilidade de ser materializado na própria língua, e aí ser apreendido, num processo que vai da materialidade linguística à materialidade discursiva.

A gramática, enquanto monumento que condensa experiências históricas com a língua, sintetiza as mesmas experiências por meio de saberes que se colocam como cristalizados, instituídos sob o ideal de completude e de univocidade do sentido. O sujeito histórico da gramática fundou-se, como já explanado anteriormente, a partir de saberes diferenciados, entre eles, os saberes do sujeito de religião, o qual confere estatuto particular a discursivizações sobre língua. Esse atravessamento de outra discursivização, no âmbito das formulações de ordem gramatical, recorta um domínio de memória em que falar de língua reportava a falar da relação do humano com a divindade, dado que, na tradição bíblica, o universo e o homem foram instituídos pela palavra.

Esses saberes linearizam-se de diferentes modos a partir de repetíveis que se fazem presentes em gramáticas de diferentes épocas, significando e ressignificando e, por vezes, transmutando-se para formas outras que aparentemente os apagam.

A reconstrução do processo discursivo, objetivo deste estudo, possibilita a deslinearização que faz emergir a relação desses enunciados com

os saberes neles implicados e com a historicidade que lhes subjaz, entendendo historicidade, a partir de Orlandi (2006), como o fato de que, para que uma palavra faça sentido, ela precisa ter feito sentido antes, em outro lugar.

O LUGAR DE FORMULAÇÃO DOS SABERES: O INTERDISCURSO

A formulação da noção de *interdiscurso*, de Michel Pêcheux, configurou-se o ponto alto da explicitação da Teoria do Discurso. Ausente nas formulações da AAD 69, essa noção inscreve-se lá, ainda que de modo fantasmagórico, a partir das proposições “já dito”, “já ouvido”. A leitura de Maldidier (2003) historia que para formular teoricamente o já-dito, Pêcheux bebe em três fontes, a partir das quais cunha o termo *pré-construído*: as leituras de Culioli, que formulou a oposição entre *pré-asseverado* e *asseverado*; a leitura “materialista” de Frege, a partir da qual propõe um deslocamento na abordagem das relativas; e a noção de “articulação dos enunciados”, proposta por Paul Henry¹³. O *pré-construído* consistia na presença de traços no discurso de elementos discursivos anteriores cujo enunciador foi esquecido (Maldidier, op.cit., p. 50).

Ainda consoante Maldidier (op.cit.), a noção de *pré-construído* deslocou a questão da pressuposição do campo lógico-filosófico para o terreno do discurso. E, mais, o *pré-construído* “permite pensar e apreender o interdiscurso, o conceito chave, ainda não formulado, o mais difícil, mas sem dúvida o mais fundamental de toda a construção teórica de Michel Pêcheux” (p. 36).

A possibilidade de acesso ao não-asseverado, ou seja, a tomada do interdiscurso é explicitada por Pêcheux a partir da noção de esquecimento n.1, a ilusão que atravessa o sujeito, produzindo o efeito de que os sentidos se originam por ele e a partir dele.

Os sentidos, também o sabemos a partir de Pêcheux, constituem-se no seio das formações discursivas, lugar de onde se enuncia e que, para além de conjuntos de regularidades que geram efeito de estabilidade referencial aos enunciados, também ordenam o aparente caos em que habita o interdiscurso, recortando zonas, tecendo fronteiras, embora essas sejam inevitavelmente instáveis.

Pêcheux esclarece que a materialização dos enunciados no interior das FDs se realiza de modo tal que possibilita, via *pré-construído*, “articular ao mesmo tempo o efeito de anterioridade ou de distância e o efeito de

13 Revista *Langages*, n. 37 (1975).

identificação ou de reconhecimento” (Maldidier, 2003, p. 48). E a materialidade que possibilita isso de modo excelente são as construções relativas, nas quais a determinação tece o jogo entre o linguístico e o discursivo, o ponto de encontro entre passado e presente, entre presente e vir-a-ser. O pré-construído consiste, segundo a autora, em “[...] resultado de efeitos propriamente discursivos [...]”. E mais: o discurso é onde “o sujeito não pára de encontrar ‘o impensado do pensamento’” (Maldidier, op.cit.).

Courtine (1981) referiu-se à primazia do interdiscurso, na medida em que o formulou como

o lugar no qual se constituem, por um sujeito falante produzindo uma seqüência discursiva dominada por uma FD determinada, os objetos de que este sujeito enunciador se apropria para usar esses objetos que o sujeito enunciador vai dar coerência a seu propósito na seqüência discursiva que ele enumera (COURTINE, 1981, p. 35).

Os enunciados, assim concebidos, funcionam como lugar de ordenação do possível caos a que se fez referência anteriormente, porque os mesmos não existem independentes de FDs. E, acrescente-se, ao fazer parte das condições de produção de um discurso, o interdiscurso funciona como ponto de ancoragem das FDs. É nesse sentido também que Pêcheux afirma ser o interdiscurso o lugar de dominância do conjunto de FDs que jazem na dispersão, e por isso a percepção de que ele não é, conforme já dito, espaço de dispersão pura, antes, espaço de regulação dos saberes e das formulações.

Outra noção que pode ser pensada para se entender como se dá a linearização de saberes advindos do interdiscurso é a de *articulação*, entendida como a versão discursiva do encaixe sintático. Os enunciados, ao fazerem remissão a um recorte específico da realidade, demarcado na formulação por uma construção determinativa, do tipo “aquele que”, por exemplo, convocam saberes filiados a discursos específicos, operando aí a “separação, distância ou discrepância da frase entre o que é pensado antes, em outro lugar ou independentemente, e o que está contido na afirmação global da frase” (Pêcheux, 1988, p. 99).

Courtine (1981) aponta para uma distinção entre o discurso enquanto objeto teórico e enquanto objeto empírico, o que põe em cena o enunciado também sob uma dupla perspectiva: sua configuração horizontal — a da linearização, da sintagmatização dos enunciados, e também a vertical, o lugar onde eles se formam — o interdiscurso.

É na FD que se situa o sujeito universal, ou sujeito de saber próprio de uma FD e, por isto mesmo, tratado por Foucault e Courtine como “lugar

de construção da estabilidade referencial dos elementos do saber”. No entanto, essa estabilidade institui-se apenas enquanto “efeito de”, na medida em que são os gestos de análise que recortam as diferentes FDs e assim fornecem conformação ao sujeito histórico próprio de cada uma delas. E, acrescentando-se, esse gesto não é desvestido do atravessamento de saberes de outras FDs, dado que a formação dos enunciados tem como condição de existência a confluência entre diferentes domínios, o que resulta no fato de que os enunciados reaparecem, nas FDs, ora repetidos, ora transformados, ora reconfigurados, dependendo das condições em que são produzidos.

Nesta rede vertical, ou interdiscursiva de formulações, um enunciado dado tomará lugar em um conjunto de formulações extraídas de seqüências discursivas decorrentes de outras Condições de Produção do Discurso, considerando que algumas serão heterogêneas em relação a si mesmas (COURTINE, 1981 a, p. 44).

A noção de heterogeneidade torna-se inegável a partir do primado da verticalidade sobre a horizontalidade. E aponta para uma relativa estabilidade dos enunciados, estilizada em fragmentos múltiplos na medida em que os sujeitos vão se apropriando dos enunciados a partir de diferentes posições. É nesse sentido que se pode compreender a indissociabilidade entre o interdiscurso, os modos como ele se “movimenta”, regulando e deslocando fronteiras entre FDs, e o próprio do processo discursivo.

Porque não alheio à historicidade na qual se encontra imerso e a ela submetido, o sujeito que diz responde ao jogo desencadeado entre as FDs: “As palavras falam com outras palavras. Toda palavra é sempre parte de um discurso. E todo discurso se delineia na relação com outros: dizeres presentes e dizeres que se alojam na memória” (Orlandi, 1999, p. 45). Essa relação dos discursos e dos dizeres, conforme Courtine (1981), é regrada a partir das posições em que os sujeitos se inscrevem, nas quais estabelecem-se os jogos de repetição, aliança, confronto, reformulação, etc, norteados pela formação discursivas de referência (FDr).

Só há seqüência discursiva de referência porque as formulações participam, sempre, de jogos de força aos quais não são elas imunes. E, sobretudo, porque esse embate não se constitui apenas no nível do exterior que relaciona uma FD a outra, mas no seio de sua contradição interna, onde os dizeres são necessariamente afetados pelos dizeres de outras FDs, do que se pode derivar a noção de discurso transversal:

O interdiscurso, enquanto lugar de constituição do preconstruído, fornece os objetos onde se ancora a enunciação de uma seqüência discursiva, ao mesmo tempo em que ele atravessa e conecta entre si esses objetos; o interdiscurso funciona, assim, como um discurso transversal, a partir do qual se realiza a articulação pela qual o sujeito enunciador dá coerência “ao fio de seu discurso”: o intradiscurso aparece nessa seqüência como um efeito do interdiscurso sobre si próprio (COURTINE, 1981, p. 36).

Subjaz a esse entendimento um plano anterior ao do interdiscurso, o nível onde seria orientada a ordenação do caos que hipoteticamente estaria aí desenhado, mas que, devido ao duplo plano de condições, autoriza uma configuração x, a qual aponta para o efeito de agregação da dispersão discursiva:

A articulação dos planos respectivos de determinação das Condições de Formação de uma determinada Formação Discursiva CF (FD) e das Condições de Produção de uma seqüência discursiva CP (sd) autoriza a compreensão das relações entre interdiscurso e intradiscurso, enunciado e formulação, sujeito do saber próprio à FDR e sujeito enunciador, memória e atualidade (COURTINE, 1981, p. 55).

A possibilidade de produção de um discurso por um sujeito, a partir de uma determinada posição, como reformulação numa forma-sujeito, é que possibilitará a reconsideração da noção de assujeitamento, por vezes equivocadamente entendida como sendo simétrica e plena. Esse processo reporta à identificação inconsciente do sujeito com o sujeito universal de uma determinada FD, e aí mesmo já se encontra relativizada essa universalização, porque passível de multifacetação em diferentes FDs, à moda de um caleidoscópio. Esse deslocamento é analisado por Courtine (op.cir.) pelo viés das condições de existência do discurso nas implicações da relação entre a repetição horizontal e a vertical, sendo que é esta última que passa a explicitar o desnivelamento entre a ordem da repetição na língua e os processos discursivos.

Se considerado esse conjunto de reformulações na perspectiva do discurso religioso, presente nas gramáticas aqui analisadas, é possível pensar que os saberes advindos dessa ordem (a do religioso) constituem espaço de determinação que opera na conformação da forma-sujeito gramatical, sob a aparência de autonomia, e aí mesmo já sintetizando a contradição do sujeito. Essa contradição reporta à própria noção de sujeito. Nas palavras de Orlandi (2006, p. 19), “o assujeitamento é a possibilidade de se ser su-

jeito. Essa é a contradição que o constitui: ele está sujeito à (língua) para ser sujeito de (o que diz)". E mais: "[...] se é sujeito pelo assujeitamento à língua na história [...]" (op.cit.).

Conforme o demonstrado nas análises realizadas, é via construções relativas que se chega à ordem do religioso. Maldidier (2003) sublinha o quanto o trabalho com esse tipo de estrutura, por Pêcheux, na perspectiva do discurso, foi determinante para dar visibilidade à contradição da filosofia idealista, a qual se assentava sobre os pares objetivo/subjetivo, necessário/contingente, entre outros. A noção de pré-construído desfaz as aparentes dicotomias e figura como *resultado de efeitos propriamente discursivos*. Efeitos esses que possibilitam perceber que o contingente da história marca-se na língua pelo que nela figuraria como acidental, e suas discursivizações acabam produzindo cristalizações, inversamente ao esperado do que seria um simples recorte da realidade.

Sob os efeitos de cristalização, o encontro com o equívoco. A língua, cuja condição é a historicidade, para sê-lo, dá-se ao jogo, ao equívoco, para desse modo poder produzir sentidos. Sua materialidade, como efeitos linguísticos, inaugura a discursividade. A explicitação do modo como se realiza essa teia de relações é do que este estudo se ocupa.

SOBRE A NOÇÃO DE PROCESSO DISCURSIVO

Orlandi (2006) elucida essas relações ao explicitar o modo como se dá o percurso que vai do *corpus* ao objeto discursivo. Segundo a autora, se tomado o *corpus* como material linguístico bruto, é só a partir de sua desintagmatização que se chega ao objeto discursivo, o qual está em relação com as formações ideológicas. O gesto de apreensão, formula ela, entendido como o próprio processo discursivo, possibilita o acesso ao funcionamento discursivo.

A noção de processo discursivo tem a ver, essencialmente, com a ligação entre a prática política e o discurso. Henry (1969, p. 25) escreve que "Pêcheux recusa completamente a concepção de linguagem que a reduz a um instrumento de comunicação [...]. Essa postura, para Pêcheux, é um modo de mascarar a ligação das ciências humanas e sociais com a prática política. O autor reporta a Henry, o qual propõe a necessidade de se compreender "como os agentes sociais deste sistema reconhecem eles próprios seu lugar sem terem recebido formalmente uma ordem ou mesmo sem 'saber' que têm um lugar definido no sistema de produção" (p. 26).

Processo discursivo tem a ver, então, com a reconstituição desse apa-

gamento/mascaramento e com o papel que a linguagem desempenha nesse redesenho. No entanto, é preciso lembrar o que Pêcheux (1969, p. 78) sublinhou:

Os fenômenos lingüísticos de dimensão superior à frase podem efetivamente ser concebidos como um funcionamento, mas com a condição de acrescentar imediatamente que este funcionamento não é integralmente lingüístico, no sentido atual deste termo e que não podemos defini-lo senão em referência ao mecanismo de colocação dos protagonistas e dos objetos de discurso, mecanismo que chamamos de “condições de produção do discurso”.

Ao postular o enunciado como sendo da ordem do discurso, já na AAD 69 Pêcheux equaciona a problemática da abordagem dos fatos de língua pela perspectiva estruturalista. Dizer que o enunciado é da ordem do discurso implica considerar suas condições de produção, a historicidade que o constitui, as posições ocupadas pelos sujeitos que constroem objetos de discurso, entre outros aspectos.

No texto de 75, Pêcheux e Fuchs (p. 72) esclarecem que os processos discursivos estão na fonte da produção dos efeitos de sentido (por isso), a língua constitui *o lugar material* onde se realizam estes efeitos de sentido. A língua entendida como materialidade do discurso é o meio que confere corporeidade às ideologias, e reconstituir esse percurso é, em essência, fornecer visibilidade ao processo discursivo.

AMARRANDO ALGUNS FIOS DO DISCURSO

Para refletir sobre os modos como os saberes do sujeito de religião linearizam-se no conhecimento gramatical, fazendo parte da conformação do sujeito histórico gramatical, é preciso retornar a Pêcheux (1988), em discussão que o autor faz a respeito da produção histórica de um conhecimento científico:

[...] os objetos de conhecimento (são) ‘matérias-primas’ teóricas (que) têm uma história e um desenvolvimento desiguais próprios, até o ponto de acumulação que constitui as condições de possibilidade do corte epistemológico no qual são produzidos os conceitos fundadores de uma ciência, e que marca, assim, seu começo histórico (PÊCHEUX, 1988, p. 192).¹⁴

A tradição gramatical, conforme já discutido anteriormente, tem sua fundação histórica mais evidente no contexto da Grécia Antiga, cujos pos-

14 Grifos do autor.

tulados estético-filosóficos derivaram um modo de formulação do conhecimento gramatical ancorado na arte de bem falar e bem escrever, com inscrição explícita no campo do fazer literário. O presente estudo trabalha a ordem do discurso religioso como outro lugar possível para a fundação de saberes, que se instaura e produz sentidos via formulações gramaticais, ao longo do tempo e de modo não linear. Essa descontinuidade acaba por instituir os saberes gramaticais de modo desigual. Entenda-se desigual a partir de Foucault (1970, p. 52-3), como *práticas que se cruzam por vezes, mas também se ignoram ou se excluem*.

Camões, ao retextualizar a história de Raquel e Jacó, insere-a no cânone literário, e os enunciados que remetem a essa história, em Said Ali, ficam obliterados em sua inscrição, ambigualmente bíblico-literária, sem desconsiderar-se que a Bíblia constitui-se, de certo modo, como texto literário. É essa imprecisão (ou efeito de evidência) que reporta ao modo descontínuo como os saberes se linearizam, perdendo seu ponto de origem e vindo a significar de diferentes modos. O modo de funcionamento, esse efeito de evidência é assim discutido por Pêcheux:

[...] o próprio dos conhecimentos (empíricos, descritivos, etc.) que *precedem o corte* em um campo epistemológico dado é que eles *permanecem inscritos na forma-sujeito*, isto é, que eles existem sob a forma de um *sentido evidente* para os sujeitos — seus suportes históricos —, através das transformações históricas que afetam esse sentido. O que resulta disso no que se refere à discursividade é que o efeito de conhecimento coincide, nessas condições, com um efeito de sentido inscrito no funcionamento de uma formação discursiva, isto é, como se viu, o sistema de reformulações, paráfrases e sinonímias que a constitui (1988, p. 192-3).

No caso dos enunciados ora em análise, o funcionamento discursivo pode ser visualizado a partir de estruturas sintáticas, mais especificamente, construções relativas. Pêcheux e Fuchs discutem o estatuto da sintaxe ao detalharem a abordagem da língua como materialidade do discurso; entendem que ela “não constitui mais o domínio neutro de regras puramente formais, mas o modo de organização (próprio a uma determinada língua) dos traços das referências enunciativas” (1977, p. 176). Mالدidier sublinha o que Pêcheux elaborara: trata-se da língua como “base sobre a qual se desenvolvem os processos discursivos. Ou ainda, da ‘língua como condição de possibilidade do discurso’ (2003, p. 40). A autora escreve também que, ao explicitar de que é feita a materialidade da língua, Pêcheux opera uma distinção importantíssima: os níveis da fonologia, da morfologia e da sintaxe dariam conta do funcionamento da língua em relação a ela mesma, já

o nível da semântica estaria além da tomada linguística. Mالدidier (op.cit.) faz outro destaque a partir de Pêcheux: se consideradas as proposições relativas, torna-se possível inscrevê-las em um lugar que demarca o ponto limítrofe entre sintaxe e semântica, e que aponta para a não autonomia da sintaxe.

E, destaque-se, é a prática discursiva que põe em xeque o estatuto de que gozava a sintaxe até então, que passa a ser considerada, na perspectiva da AD, como *observatório dos discursos*, fazendo uso de designação de Marandin (1993). Essa condição de observatório só é possível, diga-se de passagem, via ligação entre o plano da linearização, o do intradiscurso, e o plano da verticalização, o do interdiscurso. Ligação que se dá na contramão do desencontro entre os dois níveis, porque opera a colagem do assertado ao pré-asseverado. Colagem relativa, é preciso dizer, visto que o retorno necessariamente vai incidir sobre um lugar outro, derivado de diferentes historicidades. Nas palavras de Pêcheux e Fuchs (1975, p. 181), “desse modo a de-sintagmatização discursiva rompe a conexão própria a cada objeto discursivo e começa a anular o efeito do esquecimento n.1”.

Retomemos o enunciado presente em Port-Royal, olhando-o, agora, como sequência discursiva, dado pertencer ele ao conjunto de enunciados que instauram um repetível presente nas formulações sobre língua no âmbito do gramatical:

Sd1 – A poeira que o vento atira.

Este enunciado é tratado pelos gramáticos de Port-Royal no mesmo âmbito da discussão de outro enunciado: *Deus invisível criou o mundo visível*, com a diferença de que, enquanto neste último o relativo faz o sujeito entrar na proposição, no primeiro, identificado para fins de análise, como SD1, “o relativo não é o sujeito da proposição em que ele entra [...] nesse caso, os hebreus não deixam ao relativo senão o último emprego, de indicar a união da proposição com uma outra” (p. 67).

Situado pelos gramáticos de Port-Royal como *dificuldade gramatical*, uma vez que a construção relativa funciona aí, como proposição incidental, tal fato é explicitado a partir da condição que lhe é imputada:

Ora, essas proposições incidentes estão muitas vezes em nosso espírito sem ser expressas por palavras [...]. Mas por vezes são claramente expressas; e é para isso que serve o relativo, como quando reduzo o mesmo exemplo a estes termos: *Deus, que é invisível, criou o mundo, que é visível* (p. 64).

E mais, os gramáticos de Port-Royal debitam a não explicitação das diferenças entre os dois empregos do relativo à ausência de explicação por parte dos gramáticos hebreus, os quais, segundo eles, “se limitaram a dizer que se tratava dum pleonasma, isto é, de uma superfluidade inútil” (p. 67). A posição deles, inclusive comparando com outras línguas, é que “o relativo tem sempre relação com um antecedente, mas foi despojado do seu uso pronominal” (p. 68). Esse antecedente, situado pelos senhores de Port-Royal na dimensão do “espírito”, pode ser lido como o gérmen do já-lá pêcheutiano, ainda que aí não se formulasse como tal. É a materialidade linguística do relativo que dá entrada, ainda que perpendicular, aos saberes próprios do sujeito de religião. E, embora se trate de um recorte da realidade, que diz respeito à experiência hebraica, condensa-se de tal modo que acaba por constituir efeito de universalidade, apagando outras possíveis experiências religiosas, e determinando essa como a única possível, via efeito do intradiscurso sobre o interdiscurso.

Tomemos, agora, um outro enunciado, presente em Said Ali (1964, p. 99):

Sd2 – Não há Rachel que não tenha o seu Labão e a sua Lia.

A determinação materializa-se, nesse enunciado, por via de duas construções: a relativa — *que não tenha o seu Labão e a sua Lia* —, e, em seu interior, a relação estabelecida pelos possessivos determinados: *o seu Labão e a sua Lia*. O nome Rachel, expandido pela relativa, encontra nessa expansão a anterioridade que lhe fixa sentidos, recortando-o, como já vimos, a partir das práticas sociais e do juridismo religioso em que se insere a história da Rachel bíblica. E os possessivos, da mesma forma, impossibilitados de se estabelecerem a partir de uma relação de pertença, como usualmente são entendidos, são a via para a recuperação dos laços entre os sujeitos, marcados pela saberes inerentes a sua cultura.

Na relativa “não há Rachel que não tenha seu Labão e sua Lia!”, a dupla negação opera o efeito de sentido de recorte unívoco da realidade, instituindo uma única possibilidade de inserção para o nome Rachel e suas representações. O exemplo estabelece, desse modo, um fechamento, que migra da ordem do contingente para a do universal, ainda que pela via da restritiva. O exemplo marca, desse modo, nas formulações gramaticais, o fato de que a língua é a materialidade que lineariza saberes, escolhas, exclusões, resignificações.

O fio do discurso assim constituído cristaliza o fato de que falar de língua, nesse caso, coincide com falar sobre a experiência com a ordem do religioso, ainda que essa ressonância não se faça tão evidente. É a recons-

tituição do processo discursivo que lhe devolve esse estatuto, não porque não se possa prescindir de um suposto cartesianismo, que impeliria à busca das origens e comprovações, mas porque isso auxilia a entender como a língua se dá aos sentidos, imersa em diferentes historicidades. E nesse sentido cabe trazer as palavras de Orlandi (2006, p. 17): “Quando conhecemos o processo discursivo, podemos dispensar o material de análise inicial, pois estaremos de posse do funcionamento discursivo, que pode ser generalizado para outros conjuntos de materiais, outros textos”.

É a língua, que se coloca, mais uma vez, como *condição de possibilidade do discurso*, tão somente porque carrega marcas indeléveis em suas diferentes materializações. Marcas essas que a constituem historicamente. E a gramática, monumento que consagra a língua, e cujo modo de dizer-lhe é a própria língua, registra essas marcas de diferentes formas. Retomo, mais uma vez, a ordem do religioso, a qual é o foco central deste estudo e está presentificada nos enunciados, mesmo que apagados ao longo das reproduções e transformações, mas presente, de certa forma, nos de formulação do “deve ser” ou do “não deve ser”, próprias do âmbito da normatização.

Essa ordem migra do âmbito do conteúdo para o da estrutura, aí passando a ocupar estatuto de direcionamento, travestida no exemplo, na ordem de exercício escolarizado, nas formas e usos que a gramática silencia e também no que ela permite que seja dito, pelas frestas das exceções e das explicações laterais e de rodapé. Esses lugares, estreita lacuna, como designou Foucault (1970), consistem em pontos de discurso, em sua condição de desaparecimento possível. E que podem ser, segundo minha concepção, também pontos de reaparecimento. Reaparecimento este que pode reportar a outro estatuto de sentido, se considerado postulado pecheutiano:

Toda descrição — quer se trate da descrição de objetos ou de acontecimentos ou de um arranjo discursivo-textual não muda nada, a partir do momento em que nos prendemos ao fato de que ‘não há metalinguagem’ — está intrinsecamente exposta ao equívoco da língua: todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro (a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente). (PÊCHEUX, 1997, p. 53)

É possível pensar, a partir da leitura que Orlandi (1999, p. 51) faz de Haroche (1992), na “passagem da subordinação explícita do homem ao discurso religioso [...] à subordinação, menos explícita, do homem às leis [...]”. Passagem essa que produz um deslocamento para a ordem do jurídico, a qual, por sua vez, traveste-se do estético que orientou as primeiras

formulações gramaticais. Tal sobreposição constitui, pois, o saber gramatical, e o dá aos jogos de interpretação, descolando as supostas evidências que por vezes se fazem amalgamar no discurso gramatical.

Recebido em dezembro de 2008 / Aceito em maio de 2009

*Gesualda
de Lourdes
Rasia*

78

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARNAULD, A.; LANCELOT, C. **Gramática de Port-Royal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BÍBLIA DE ESTUDO ALMEIDA. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 1999.

CHAUÍ, Maria Helena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2004.

COURTINE, J.J. Quelques problèmes théoriques et méthodologiques em analyse du discours; à propôs du discours communiste adressé aux chrétiens. **Langages**, (62): 9-127, Paris, juin 1981.

_____. “Mémoire, histoire e langage”. **Langages**, 114. Paris: Larousse, juin, 1994.

LYONS, J. **Introdução à lingüística teórica**. São Paulo: Nacional Editora da USP, 1979.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 6.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1999.

HAROCHE, C. **Fazer dizer, querer dizer**. São Paulo: Hucitec, 1992.

HENRY, P. Os Fundamentos Teóricos da “Análise Automática do Discurso” de M. Pêcheux (1969). In: GADET & HAK (Org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de M. Pêcheux**. Campinas: Unicamp, 1990.

MALDIDIER, D. **A inquietação do discurso: (Re)ler Michel Pêcheux hoje**. Campinas: Pontes, 2003.

MARANDIN, J.M. Sintaxe, discurso: do ponto de vista da análise do discurso” In: ORLANDI, E.P. (org.). **Gestos de leitura**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

ORLANDI, E. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis: Vozes, 1996.

*A ordem
do religioso
no discurso
gramatical*

79

_____. Análise de discurso. In: ORLANDI, E.; LAGAZZI-RODRIGUES, S. (org.). **Discurso e textualidade**. Campinas Pontes, 2006.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: Uma Crítica à Afirmação do Óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

_____. Análise automática do discurso. (AAD-69). GADET, F. & HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Unicamp, 1990 (a).

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. (1975). In: GADET & HAK (Org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

RASIA, G. dos S. **Os discursos sobre língua e ensino no Brasil da 1ª e da 2ª repúblicas**: o duplo lugar da determinação e da contradição. Tese de doutorado. UFRGS, 2004.

SAID ALI, M. **Gramática histórica da língua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 1964 [1921].

WEEDWOOD, B. **História concisa da lingüística**. São Paulo: Parábola, 2002.